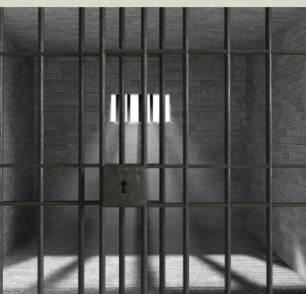


DAVI VIEIRA KNORR
JOSSÉLE LIMA VIEIRA RONDAN
PAULO SÉRGIO AMARO RODRIGUES
RANIELLI CAETANO RODRIGUES
SILENE KERSTNER ARNDT



POSSIBILIDADES DO ENSINO DA CULTURA BRASILEIRA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO



DAVI VIEIRA KNORR
JOSSÉLE LIMA VIEIRA RONDAN
PAULO SÉRGIO AMARO RODRIGUES
RANIELLI CAETANO RODRIGUES
SILENE KERSTNER ARNDT



POSSIBILIDADES DO ENSINO DA CULTURA BRASILEIRA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO



SÃO PAULO | 2025

1.^a edição

Autores

Davi Vieira Knorr
Josséle Lima Vieira Rondan
Paulo Sérgio Amaro Rodrigues
Ranielli Caetano Rodrigues
Silene Kerstner Arndt

**POSSIBILIDADES DO ENSINO DA CULTURA BRASILEIRA NO
SISTEMA PENITENCIÁRIO**

ISBN 978-65-6054-169-6



POSSIBILIDADES DO ENSINO DA CULTURA BRASILEIRA NO
SISTEMA PENITENCIÁRIO

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHÉ
2025

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P856 Possibilidades do ensino da cultura brasileira no sistema
 penitenciário [livro eletrônico] / Davi Vieira Knorr... [et al.]. – São
 Paulo, SP: Arché, 2025.
 59 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-6054-169-6

1. Sistema penitenciário – Brasil. 2. Educação. 3. Cultura. I.
Knorr, Davi Vieira. II. Rondan, Josséle Lima Vieira. III. Rodrigues,
Paulo Sérgio Amaro. IV. Rodrigues, Ranielli Caetano. V. Arndt,
Silene Kerstner.

CDD 365.66

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*® 2025 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubiranilze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciencias Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

RESUMO

O presente livro tem por objetivo refletir sobre “possibilidades do ensino de cultura brasileira no sistema carcerário. A partir do que nos aconselham os PCNs, e de alguns autores como Certeau (2010), Jorge (2007), Ortiz (2006), Eagleton (2005), que discutem sobre cultura, junto com os Planos de Estudos direcionados para escola, bem como as experiências vivenciadas a que se refletirá sobre possibilidades do ensino de cultura no sistema penitenciário, buscando, então, apontar possíveis reformulações para as lacunas encontradas.

Palavras-chave: Cultura. Língua Portuguesa. Sistema carcerário.

ABSTRACT

This book aims to reflect on "possibilities of teaching Brazilian culture in the prison system. Based on the advice of the PCNs, and some authors such as Certeau (2010), Jorge (2007), Ortiz (2006), Eagleton (2005), who discuss culture, together with the Study Plans aimed at schools, as well as the experiences lived, which will be reflected on the possibilities of teaching culture in the prison system, seeking, then, to point out possible reformulations for the gaps found.

Keywords: Culture. Portuguese language. Prison system.

RESUMEN

Este libro tiene como objetivo reflexionar sobre "las posibilidades de enseñar la cultura brasileña en el sistema penitenciario". A partir de lo que nos aconsejan los PCN y de algunos autores como Certeau (2010), Jorge (2007), Ortiz (2006), Eagleton (2005), que discuten la cultura, junto con los Planes de Estudio dirigidos a las escuelas, así como las experiencias que reflexionarán sobre las posibilidades de enseñar la cultura en el sistema penitenciario, buscando, entonces, señalar posibles reformulaciones para las lagunas encontradas.

Palabras clave: Cultura. Lengua portuguesa. Sistema penitenciário.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como finalidade refletir em torno da temática “possibilidades do ensino da cultura brasileira no sistema penitenciário. Tendo em vista que ao se encontrar em situação de privação de liberdade, o indivíduo fica totalmente alienado aos estudos culturais do seu país, pois não há um interesse por parte do sistema que esse indivíduo estude tal temática.

Entendemos que ensinar cultura brasileira nas escolas, bem como nos anos finais é cabível. Chegamos a essa afirmação depois de refletir sobre a obra, “Para rir até chorar com a cultura popular” de Marcos França. Seus textos mostram que a cultura brasileira caracteriza-se na linguagem do seu povo, seus costumes, crenças hábitos, também podemos citar cultura erudita que são a música, arte, literatura, pinturas produzidas pelo povo brasileiro.

De acordo com os pensamentos de Raymond Williams (2011) a complexidade de definir cultura é visível, “mas pode ser encarada de maneira mais proveitosa como resultado de formas precursoras de convergência de interesses” (p.11).

Partindo desse pressuposto é que nos dedicamos a refletir sobre a relação do ensino e a cultura dentro do sistema prisional. Pois

acreditamos que a prisão também é um bom lugar para que o cidadão obtenha um contato com a cultura de seu país.

Para construir a nossa reflexão, nos embasaremos em vários aportes teóricos, um deles é os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os PCNs foram elaborados em dezembro de 1996 com intuito de nortear o trabalho docente nas escolas, com objetivo de unificar a educação, de modo que nenhum aluno obtivesse uma educação desigual e deficitária.

Os PCNs constituem-se em referências para o Ensino Fundamental e Médio de todo o Brasil. O principal objetivo dos PCNs tornar a educação igualitária para todos os estudantes brasileiros, independente do local e das condições desfavoráveis em que possam viver.

Vale ressaltar, que os PCNs são uma referência, ou seja, sugerem ao corpo docente um conjunto de didáticas de ensino. Todas comunidades escolares do Brasil já foram orientadas sobre o caráter dos PCNs. Então sabem que ele não possui caráter de obrigatoriedade, não são criados para ditar regras e prescrever o que o professor deve ou não fazer em sala de aula, e sim indicar possibilidades para que os professores adaptem às suas peculiaridades.

Então vejamos o que os PCNs nos indicam em seus objetivos gerais do ensino fundamental em relação ao ensino de cultura:

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País; Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; Utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal- como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação.(BRASIL, 1997, p.6)

Esses três objetivos mostram como os PCNs planejam o ensino fundamental, considerando as questões culturais. O primeiro objetivo citado acima refere-se às características fundamentais do Brasil, o segundo em valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural e o terceiro utilizar as diferentes linguagens. Esses três aspectos poderiam perfeitamente ser atingidos de maneira integral na disciplina de língua portuguesa, de modo que se utilizaria de textos, imagens, histórias e também uma boa oportunidade para trabalhar as questões referentes ao preconceito linguístico.

Vale ressaltar, que os segmentos elencados nos PCNs, não

devem ser seguidos fielmente pela escola, pois são sugestões para melhorar a educação do Brasil. Também vale lembrar, que cabe a todos interessados em uma educação de unificada, ou seja, que todos os alunos possam usufruir de uma educação de qualidade, em que possam aprender aspectos relevantes de sua região, sentindo-se familiarizados com o que a escola proporciona.

É importante, não esquecer que esse e-book, tem como o objetivo refletir sobre a temática em questão, e não apontar “erros” supostamente cometidos pelo sistema prisional. Pois esse é o papel do pesquisador, refletir e se for cabível propor projetos para possíveis melhorias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 01	18
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs	
CAPÍTULO 02	28
CULTURA	
CAPÍTULO 03	35
EDUCAÇÃO, CULTURA E RESSOCIALIZAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CULTURA BRASILEIRA NO SISTEMA CARCERÁRIO	
CONCLUSÕES.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
ÍNDICE REMISSIVO	52

CAPÍTULO 1

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs

Muito se ouve falar sobre os Parâmetros Curriculares, mas pouco se sabe, definitivamente, para que servem. E elucidar o que são os PCNs e para que servem, é fundamental para o entendimento dessa reflexão.

Os PCNs são um marco de apoio à qualidade na educação no Ensino Fundamental em todo Brasil, tem como finalidade orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997).

Todos os educadores e comunidade escolar sabem que não adianta, apenas, ler e compreender quais são as práticas ideais para uma escola melhor, se não colocarmos em andamento o que realmente se pensa e reflete sobre educação. Os PCNs são um elemento catalisador de boas ações que junto à reflexão e cooperação de todos,

visa uma boa qualidade no ensino.

Então seguindo por essa lógica devemos verificar o que nos indicam os PCNs e transformar em ações diante da nossa realidade. O professor enquanto educador deve buscar as prioridades em sua profissão, uma delas deve ser a formação continuada que nos estabelecem limites intermináveis para seguir a procura do melhor para o aluno-escola-professor.

A comunidade escolar deve estar integrada, para que os resultados sejam visivelmente positivos, não é possível caminhar sozinho, quando se trata de educação. Todos os integrantes dessa família devem estar dispostos ao melhor, sempre pensando como o futuro de cada um refletirá em uma nova escola, ou seja, uma escola que os alunos se sintam integrados e familiarizados.

Muitas dúvidas surgem ao longo do trabalho dos professores e da escola. Muitas vezes repensar se suas práticas estão sendo suficientes, é o essencial. À medida que acreditamos estar sempre corretos, é bem provável que estejamos equivocados, pois, ainda, não foi criada a fórmula “perfeita” para uma educação “perfeita”. Então

cabe a todos interessados em práticas mais coerentes e significativas refletir sobre o que nos indicam os PCNs, em torno da temática proposta neste artigo, que é o ensino de cultura em sala de aula, especificamente nos anos finais do Ensino fundamental.

Em relação à diversidade cultural do nosso país encontramos a seguinte fala:

Há muito se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caipira, caipira... Contudo, ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania. O documento de Pluralidade Cultural trata dessas questões, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão. (BRASIL, 1997, p.13)

Vale lembrar, que ao longo desse trabalho temos a intenção de refletir, o porquê de não enfatizar a cultura brasileira, nas aulas de Língua Portuguesa. Essa problemática surge diante das práticas de estágio de observação e docência vivenciadas em uma escola estadual do município de Jaguarão, como já foi citado acima. Torna-se interessante discutir sobre essa temática, tendo como aporte os PCNs, de Língua Portuguesa e Pluralidade Cultural, ambos publicados em

1997. Pois eles trazem referências para o ensino de cultura nas escolas.

Desta forma como pensar em acabar com o preconceito, seja ele cultural, étnico, racial... Se não tornamos toda essa pluralidade familiar aos jovens do nosso país. Diante das experiências vivenciadas na escola e dos planos de ensino fica fácil acreditar que a sala de aula de Língua Portuguesa é um ótimo espaço.

As aulas de Língua Portuguesa acabam se caracterizando como um espaço rígido e seus Planos de Estudos se tornam listas de conteúdos gramaticais. Então aos poucos podemos acabar com os preconceitos, começando pelo preconceito linguístico. As aulas de Língua Portuguesa é um ambiente propício para mostrar a todos as diferenças, identificar no sertanejo, no caipira, na caçara, não apenas as diferenças, mas sim a nossa identidade. Lembrar que somos, apenas, diferentes e que não existe um “certo” e um “errado”.

Conforme Certeau (2010) É preciso aprender a valorizar as características do outro, pois se acredita que é nesse ponto de partida que podemos começar o novo. Ou seja, lembrar que vivemos num país plural, então de maneira alguma seremos singulares, possuímos um

pouco de cada. Diante disso cabe a escola reforçar esses valores e apoiar a divulgação dessa pluralidade cultural.

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. Este tema propõe uma concepção da sociedade brasileira que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que a compõe, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas, e apontar transformações necessárias. Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. (BRASIL, 1997, p.16)

Se pluralidade cultural significa a afirmação de uma identidade nacional. Como podemos deixar de fora toda essa identidade brasileira das aulas de Língua Portuguesa? Não há possibilidades de se ensinar língua, sem mostrar como tudo surgiu, de quem somos descendentes, quais são os costumes do nosso povo.

Podemos fazer isso de diferentes maneiras em sala de aula, por exemplo, utilizando letras de músicas, sensibilizando o olhar às

imagens, conhecendo lugares e pessoas de diferentes regiões. Não é necessário que se fique, apenas, em aula de olhos fixos nos livros didáticos, para aprender a língua de seu país, até mesmo, porque seria impossível. Sabe-se que muitas vezes somente tomamos conhecimento das regras e normas da língua culta e não das que de fato são faladas em massa.

E como podemos limitar o ensino de cultura, apenas, às aulas de língua se, ainda temos outras disciplinas como História, Geografia, que por vezes nos dizem dar conta de mostrar tudo que temos, nesse Brasil imenso, aos alunos. Mas mesmo assim preferimos acreditar que há muito mais que a Língua Portuguesa pode nos ensinar.

Os aspectos históricos e geográficos expõem uma diversidade regional marcada pela desigualdade, do ponto de vista do atendimento pleno dos direitos de cidadania, de valorização desigual de práticas culturais. A formação histórica do Brasil mostra os mecanismos de resistência ao processo de dominação desenvolvidos pelos grupos sociais em diferentes momentos. Uma das formas de resistência refere-se ao fato de que cada grupo encontrou maneiras de preservar sua identidade cultural, ainda que às vezes de forma clandestina e precária. (BRASIL, 1997, p.28)

Mostrar localidades, histórias passadas tudo é válido, mas estudar o que ainda é vivo e acontece por todos os cantos do Brasil

também não seria interessante? Se estudar Língua Estrangeira, nos parece tão interessante, à medida que vamos conhecendo novos lugares, novos costumes, novos falares, porque não descobrir novos lugares, novos costumes e novos falares do nosso Brasil?

É evidente que de certo modo exigiria mais esforços dos professores, a escola teria mais discussões a fazer, os alunos teriam que exercitar um pouco mais suas mentes. Mas afinal, para modificar a educação, precisamos modificar os métodos e reflexão em torno do ensino.

Usando as palavras de Irandé Antunes (2003), “não existe língua sem gramática” (p.31). Muito se estuda sobre ensinar ou não gramática na escola, mas isso não é o foco da reflexão, mas vale lembrar que a língua possui regras e é necessário conhecê-las. O que não podemos é fingir que um todo, além disso, existe e que convivemos diariamente, seja por contato físico, pela televisão, pelos livros.

Enfim, sabemos e nossos alunos sabem que existem muitos aspectos que não são trazidos até eles dentro da sala de aula. Eles sempre buscam as curiosidades do mundo inverso ao deles, então se faz

necessário criar momentos e situações que eles possam enxergar a sua cultura e a cultura do outro.

Entendendo como cultura, a partir das considerações de Roque Laraia (2009) que cultura são todas ações, atitudes, crenças enfim tudo que nos caracteriza. Laraia usa um exemplo para elucidar o entendimento sobre cultura, em algumas regiões do Norte do Brasil a gravidez é considerada como uma enfermidade, e o ato de parir é denominado “descansar”. Esta mesma palavra é utilizada, no Sul do país, para se referir a morte (fulano descansou, isto é, morreu).

E se os PCNs indicam em seus objetivos gerais para o ensino fundamental em um de seus aspectos o seguinte:

Utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação. (BRASIL, 1997, p. 6)

Isso nos deixa evidente que podemos diversificar o ensino de gramática, que fique bem claro o sentido da palavra “diversificar”, ou seja, ir além, mas isso não significa abandonar, excluir. O esperado é que se agreguem novas práticas e não exclua as já existentes, de modo que ambas sejam significativas para o desenvolvimento dos alunos. Isso

é bem definido, pois já vimos que os PCNs nos sugerem métodos e não impõem regras a serem seguidas.

Buscar trabalhar a interdisciplinaridade também poderia ser uma boa saída, afinal, o objetivo dessa reflexão é pensar novos caminhos para alcançar uma educação de qualidade, e não o engessamento das ideias aqui pensadas.

Segundo Lück “torna-se necessário e possível, trabalhar a interdisciplinaridade como um processo que leva em consideração a cultura vigente e a sua transformação, como condição fundamental para que promova os princípios interdisciplinares”. (p.24)

Para entendermos um pouco mais sobre a significância de ver a cultura presente em sala de aula, vejamos um pouco sobre o que é cultura.

CAPÍTULO 2

CULTURA

CULTURA

De acordo com o dicionário Houaiss (2008) a palavra cultura advém do latim, significa “cultivar”. Mas esse é, apenas, uma definição rasa, pois há centenas de conceitos que tentam delimitar o que é realmente impossível.

Para Raymond Williams (2011) cultura é um conceito dinâmico, nunca está acabado, está sempre em constante mudança. É impossível querer aprendê-la de forma totalizante e detê-la em uma definição única. Falar de cultura é complexo e logo se quer chegar a um ponto final, mas isso é uma tarefa bem difícil, pois a cultura está em tudo e é flexível, maleável, desta forma é natural que uma resposta reta e definitiva nos escape às mãos.

A cultura pode ter milhões de significados, diante do senso comum, por exemplo, podemos dizer que uma pessoa é culta, porque lê, conhece vários lugares, degusta de diferentes comidas, enfim nessa visão podemos ter vários conceitos.

O autor também afirma que na visão da Sociologia cultura é tudo

que tem envolvimento com o homem, ou seja, são ideias, artefatos, costumes, crenças... A cultura nesse sentido é capaz de caracterizar um povo e expressar as características, modos de pensar e agir de distintas pessoas. É importante lembrar, que não há cultura inferior ou superior, e sim culturas diferentes, e principalmente em região de fronteira, como é o caso de nosso foco de estudo.

Conforme Laraia (2009) a cultura de um povo é marcada por seus costumes, rituais, vestimentas, hábitos alimentares, festas populares entre outros aspectos. A cultura de um povo é construída ao longo de um tempo e é passada de geração à geração, e isso é muito significativo, pois causa grandes marcas em uma região.

Segundo Renato Ortiz (2006):

A problemática racial é mais abrangente; Sílvia Romero chega a considera-la como a mais importante que a do meio. Na realidade, ela é vista como “a base fundamental de toda a história, de toda política, de toda estrutura social, de toda vida estética e moral das nações”. (ORTIZ, 2006, p.18)

Diante dessa questão fica inevitável não pensar o tamanho da importância que se ganha o estudo de cultura engendrado na sala de aula. Independente de qual disciplina caberá essa tarefa, busca-se a valorização da interdisciplinaridade, pois a temática cultura, perpassa

por vários campos, desde a Biologia, História, Geografia, até mesmo a Língua Portuguesa.

É necessário que se crie sentimentos de valorização cultural do nosso país, essa diversidade tão grande, deve ser experimentada e vivida por todos. De forma que a escola participe ativamente desse processo de envolvimento entre alunos-cultura, pois é disso que precisamos para tornar a escola um lugar mais significativo e desenvolvido.

A cultura é uma das principais características do homem, pois isso a distingue nos outros animais. Somente o homem é capaz de “cultivar” cultura, ela é um desenvolvimento social somente é capaz de acontecer diante da ação do homem, mesmo com o mundo em constante evolução, a cultura consegue ficar quase intacta, pois perpassa gerações e fica cicatrizada na vida de um povo.

A história da cultura brasileira, é notável ao que tange a cultura, não podemos cair e nos estagnar no senso comum e pensar, que apenas, pessoal da “elite” são providos de cultura e que o “povo” não pertence a esse ciclo cultural. Ao contrário a cultura abrange, como por exemplo, as festas populares desempenham um papel bem significativo na nossa

história. Renato Ortiz (2006) diz:

Que a relação entre a temática do popular e do nacional é uma constante na história da cultura brasileira, a ponto de um autor como Nelson Werneck Sodré afirmar que só é nacional o que é popular. Em diferentes épocas, e sob diferentes aspectos, a problemática da cultura popular se vincula à da identidade nacional. (ORTIZ, 2006, p.127)

Há muito se discute esse assunto entre a cultura popular vinculada à identidade nacional. E é por esse viés que se tenciona incentivar o ensino de cultura na escola, pois é a partir da cultura do nosso povo que conseguimos criar a nossa identidade. Somos dotados de uma identidade, mas muitas vezes é difícil perceber seus traços e ao descobrir as diversas faces que somos contempladas em nosso país de certa forma vamos vestindo com o que melhor nos cabe.

Por conseguinte Michel de Certeau (2010) discute que:

A cultura apresenta-se como o campo de uma luta multiforme entre o rígido e o flexível. Ela é o sintoma exagerado, canceroso de uma sociedade dividida entre a tecnocratização do progresso econômico e a folclorização das expressões cívicas. Manifesta uma disfunção interna: o fato de que a apropriação do poder produtivo pelos organismos privilegiados tem como corolário uma desapropriação e uma regressão políticas do país, isto é, o desaparecimento do poder democrático de determinar a organização e a representação do trabalho que uma sociedade faz sobre si mesma. (CERTEAU, 2010, p.235)

Embora, não consigamos definir o que é cultura de uma

maneira concreta e sólida. Conseguimos caracterizar alguns de seus aspectos como menciona Certeau (2010), a cultura divide-se entre o flexível e o rígido. Ou seja, flexível, pois ela sempre em constante movimento não podemos estagná-la. E rígido, pois a partir dela determinamos traços de uma sociedade, a cultura é um elo fundamental na construção de uma comunidade, ela está presente nas crenças, religiões, política entre outros aspectos.

Segundo Terry Eagleton (2005) “a cultura pode mesmo ser descrita simplesmente como aquilo que faz a vida valer a pena ser vivida” (p.160). É nesse sentido que se busca incentivar o aluno a ser ativo diante de sua vida escolar, não apenas ser um coadjuvante da sua própria história.

É necessário e válido que os aprendizes criem gosto porque veem na escola, não encarando como uma obrigação estar no espaço escolar. E acredita-se que é inovando na sala de aula, trazendo aspectos culturais de seu próprio povo, que essa descoberta possa tornar o ambiente escolar, um lugar atrativo, logo criativo. E já que a escola pode ser um grande impulsor de cultura, porque não engajar essa função

também as aulas de língua portuguesa. Então, buscar conhecer nossas semelhanças/diferenças e aprender com elas.

Vejamos então, se essa cultura tão desejada está inserida nos planos de estudos da disciplina de língua portuguesa da escola estudada.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO, CULTURA E RESSOCIALIZAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CULTURA BRASILEIRA NO SISTEMA CARCERÁRIO

EDUCAÇÃO, CULTURA E RESSOCIALIZAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CULTURA BRASILEIRA NO SISTEMA CARCERÁRIO

INTRODUÇÃO

A realidade do sistema prisional brasileiro está imersa em múltiplas camadas de desigualdade social, exclusão e violação de direitos humanos. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam que o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, e a maioria dos detentos são jovens negros, pobres e com baixa escolarização — o que revela não apenas um problema de segurança pública, mas sobretudo um reflexo da histórica marginalização de determinadas camadas sociais. Dentro desse contexto, a educação desponta como uma possibilidade de reinvenção de trajetórias, oferecendo não apenas conteúdo formal, mas também o resgate da dignidade humana. (SILVA, 2022)

Entretanto, o direito à educação dentro dos presídios ainda encontra inúmeros entraves, que vão desde a falta de políticas públicas contínuas até a escassez de recursos materiais e humanos. Quando

presente, a oferta educacional é frequentemente reduzida a um currículo formal e instrumental, limitado à alfabetização ou à escolarização básica. Pouco se discute, por exemplo, a importância do ensino de conteúdos que abordem a formação cultural e histórica do povo brasileiro, ou que considerem a diversidade étnica e regional do país como ponto de partida para a construção de conhecimento e pertencimento. Ensinar cultura no cárcere não é apenas viável — é necessário, pois oferece um horizonte simbólico de reconstrução de identidade.

A cultura brasileira, por sua natureza plural e híbrida, pode desempenhar um papel essencial na formação crítica dos apenados, ao proporcionar contato com histórias, manifestações artísticas e símbolos que lhes são muitas vezes negados. Incluir temas como literatura marginal, culturas afro-brasileiras, tradições indígenas, música popular, religiosidades diversas e movimentos sociais nas práticas pedagógicas do sistema prisional é uma forma de revalorizar saberes e experiências que resistem às opressões sociais. (SILVA, 2022). Trata-se de reconhecer que os sujeitos encarcerados não são “páginas em branco”,

mas portadores de trajetórias e vivências que dialogam, de forma singular, com o panorama cultural brasileiro.

Portanto, este capítulo tem como objetivo refletir sobre as possibilidades concretas do ensino de cultura brasileira no sistema prisional, analisando os aspectos legais, pedagógicos e simbólicos envolvidos nessa prática. A partir da apresentação de experiências já existentes, bem como dos desafios estruturais que limitam a implementação de políticas culturais dentro dos presídios, busca-se demonstrar que a educação cultural é um caminho legítimo e transformador para a construção de cidadania e ressignificação da vida de pessoas privadas de liberdade.

O Direito à Educação no Cárcere

A legislação brasileira assegura o direito à educação a todas as pessoas, inclusive àquelas privadas de liberdade. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), por sua vez, determina em seu artigo 17 que a

educação é parte fundamental da assistência ao preso, devendo ser oferecida em todos os níveis de ensino, sempre que possível. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), renovado periodicamente, inclui metas específicas para a ampliação da educação nas unidades prisionais.

Apesar dos avanços normativos, a implementação desses direitos ainda é limitada e desigual entre os estados brasileiros. Em muitos presídios, não há espaços físicos adequados, bibliotecas funcionais ou profissionais capacitados para ministrar aulas, o que inviabiliza o cumprimento do que está garantido em lei. As iniciativas educativas no cárcere, quando existentes, são muitas vezes vistas como privilégio, e não como direito fundamental. Isso evidencia uma mentalidade punitivista enraizada na sociedade e no próprio sistema prisional, que dificulta a efetivação de políticas públicas educacionais robustas. (SILVA, 2022)

Outro fator que agrava a situação é a visão restrita de educação, com foco quase exclusivo na alfabetização e no ensino formal básico, sem espaço para atividades artísticas, culturais ou que promovam a

consciência crítica. A educação é frequentemente instrumentalizada como mecanismo de redução de pena — o que, embora importante, não deve ser sua única finalidade. Para além da formação técnica, o acesso à cultura e à reflexão histórica pode contribuir significativamente para a ressignificação do tempo de reclusão e para a reconstrução da subjetividade dos internos, oferecendo-lhes ferramentas simbólicas para pensar o futuro e a vida em liberdade.

Cultura Brasileira como Ferramenta de Transformação

A cultura brasileira é formada por um vasto repertório de práticas, saberes, ritmos, histórias e lutas de diferentes povos que contribuíram para a construção da identidade nacional. No entanto, esse legado não é igualmente valorizado nas instituições formais de ensino — e menos ainda dentro do sistema prisional. O ensino da cultura brasileira, com ênfase em manifestações afro-brasileiras, indígenas, populares e periféricas, pode servir como elo entre os sujeitos privados de liberdade e suas próprias histórias, possibilitando o reconhecimento de sua existência como parte integrante da nação. (SILVA, 2022)

Freire (1987) já afirmava que a educação deve partir da realidade

dos sujeitos e de seus saberes prévios, promovendo uma pedagogia do diálogo e da emancipação. Ensinar cultura no cárcere significa, nesse sentido, promover encontros: entre o preso e sua própria trajetória, entre ele e o coletivo, entre o conhecimento formal e o conhecimento vivido. A partir de práticas como a leitura de autores periféricos, a análise de letras de música popular, ou o estudo de movimentos sociais como o Quilombo dos Palmares ou as Ligas Camponesas, é possível construir pontes entre o saber acadêmico e o saber popular.

Além disso, a cultura pode ser uma estratégia potente para o desenvolvimento da autoestima, da criatividade e da expressão individual. A vivência cultural no cárcere permite que o sujeito reencontre sua voz, muitas vezes silenciada pela violência institucional e social. Oficinas de teatro, dança, artes visuais, contação de histórias e literatura são caminhos que têm se mostrado eficazes para o fortalecimento de vínculos afetivos e a construção de projetos de vida. Assim, a cultura não é apenas conteúdo: é prática social, linguagem e resistência.

Experiências Bem-Sucedidas

Diversas experiências realizadas no Brasil evidenciam o potencial do ensino de cultura no sistema prisional. O projeto “Escrevendo a Liberdade”, desenvolvido em unidades prisionais de São Paulo, por exemplo, incentiva os detentos à produção literária a partir da leitura de obras da literatura brasileira e da análise de textos de autores marginalizados. A proposta contribui para o desenvolvimento da linguagem, da capacidade crítica e da expressão criativa dos internos. Muitos textos produzidos nesses espaços têm sido publicados em coletâneas e premiados em concursos literários.

Outro exemplo é o “Sarau no Cárcere”, que promove oficinas de poesia e performances artísticas com foco em autores da literatura marginal e da periferia urbana. A proposta valoriza a identidade cultural dos participantes e promove encontros com poetas e artistas de fora dos muros prisionais. Tais ações quebram o isolamento simbólico do cárcere e reconfiguram a relação dos detentos com a palavra, o corpo e a memória. O sarau se torna, assim, uma experiência de escuta e de fala, onde o interno pode se reconhecer como sujeito produtor de cultura.

Ainda no campo das boas práticas, destaca-se o projeto “Educar para Ressocializar”, no Ceará, que insere a cultura nordestina como eixo transversal do currículo da EJA nas unidades prisionais. (SOUSA, 2023) Com o uso de cordéis, músicas regionais, danças típicas e relatos históricos sobre a resistência do povo nordestino, o projeto fortalece a identidade regional e promove um aprendizado mais significativo. Essas iniciativas mostram que, mesmo diante de tantas limitações estruturais, é possível desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e humanizadoras.

Desafios e Limites

Apesar das experiências exitosas, inúmeros desafios ainda precisam ser enfrentados para a consolidação de uma política cultural nos presídios brasileiros. Um dos principais obstáculos é a ausência de vontade política e a fragmentação das ações entre os órgãos responsáveis pela educação e pelo sistema prisional. Muitas iniciativas dependem exclusivamente da atuação de professores engajados ou de parcerias com organizações da sociedade civil, o que dificulta a continuidade e a abrangência dos projetos.

Outro problema recorrente é a carência de infraestrutura. Salas de aula inadequadas, falta de materiais didáticos específicos, ausência de bibliotecas atualizadas e a dificuldade de acesso a tecnologias são barreiras cotidianas enfrentadas pelos educadores. Além disso, a rotatividade dos presos, o deslocamento para audiências e a rigidez das normas de segurança acabam interferindo diretamente na frequência e na continuidade das atividades pedagógicas e culturais. (SILVA, 2022)

É importante também mencionar o preconceito que ainda cerca a educação prisional, tanto dentro quanto fora das unidades. Muitos agentes penitenciários, gestores e até educadores reproduzem discursos que deslegitimam os presos como sujeitos de direitos. Essa postura reflete a lógica de exclusão que permeia o sistema penal e compromete os avanços possíveis. Superar esses desafios exige formação crítica dos profissionais envolvidos, financiamento público adequado e, sobretudo, o reconhecimento de que a educação e a cultura são dimensões centrais do processo de ressocialização.

Propostas para o Ensino de Cultura Brasileira no Cárcere

Para ampliar as possibilidades do ensino de cultura brasileira no

sistema carcerário, é essencial propor ações integradas e sustentáveis. A primeira delas é a formação continuada dos educadores que atuam nos presídios, com foco em pedagogias críticas, diversidade cultural e práticas interdisciplinares. Essa formação deve incluir tanto aspectos teóricos quanto práticos, com oficinas, visitas a centros culturais e trocas com profissionais da área de cultura popular.

Outra proposta fundamental é a criação de parcerias entre as secretarias de educação, as universidades públicas, coletivos culturais, ONGs e movimentos sociais. Essas alianças podem garantir a oferta de oficinas, festivais, cursos livres e intercâmbios culturais nas unidades prisionais. É necessário também incentivar a produção cultural dentro do cárcere, com concursos de poesia, exposições artísticas, festivais de música e criação de jornais ou zines produzidos pelos próprios internos. (SOUSA, 2023)

Por fim, é urgente que se desenvolvam materiais didáticos específicos, construídos a partir da realidade dos presos, e que se ampliem os espaços culturais dentro das unidades prisionais, como bibliotecas, salas de vídeo, ateliês e salas de leitura. A educação cultural

deve ser vista como investimento social, e não como custo. Ao reconhecer o potencial criativo e reflexivo das pessoas privadas de liberdade, o Estado cumpre seu papel constitucional e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

CONCLUSÕES

O ensino de cultura brasileira no sistema prisional deve ser compreendido como parte integrante de um projeto mais amplo de justiça social e reconstrução da cidadania. Ao permitir que os internos conheçam e se reconheçam na diversidade cultural do país, essas ações educativas promovem não apenas a inserção social, mas o resgate da dignidade e da subjetividade. A cultura, nesse contexto, atua como força vital, linguagem de pertencimento e possibilidade concreta de transformação pessoal e coletiva.

A análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) reforça a pertinência do tema ao afirmar que o ensino de cultura é essencial na formação do indivíduo, especialmente quando articulado com propostas interdisciplinares. Não há uma disciplina única ou ideal para esse fim; ao contrário, a transversalidade entre cultura e educação potencializa experiências mais ricas e transformadoras. Falar sobre cultura, no entanto, é desafiador. Como afirma Neto (2003, p. 5), trata-se de uma temática com “infinitas faces e infinitas possibilidades”, o que demanda sensibilidade e ousadia por parte dos educadores.

Experiências práticas mostram que é possível construir ações pedagógicas sólidas dentro do cárcere, desde que haja compromisso político, financiamento público e engajamento coletivo. Inserir a cultura brasileira em aulas de Língua Portuguesa, por exemplo, pode romper com a rigidez dos conteúdos tradicionais e mobilizar novas formas de aprender, refletir e produzir conhecimento. Isso retira todos os envolvidos da zona de conforto e promove o protagonismo dos sujeitos no processo educativo. Assim, pequenos acontecimentos — como o ato de ler um livro por vontade própria — tornam-se marcos de significância na trajetória de quem está privado de liberdade.

Conclui-se, portanto, que o ensino de cultura no sistema prisional é mais do que uma estratégia pedagógica ou ressocializadora: é uma afirmação de direitos humanos. Trata-se de reconhecer que toda pessoa, independentemente de sua situação jurídica, tem o direito de aprender, criar, refletir e se expressar. Somente assim poderemos caminhar em direção a um futuro mais justo, onde a liberdade, ainda que tardia, seja vivida como horizonte real, e a cultura, como ponte entre o cárcere e a cidadania plena.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: Informação e documentação - Projeto de Pesquisa - Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Execução Penal – LEP** (Lei nº 7.210/1984). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa, primeiro e segundo ciclo. Brasília: 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual, primeiro e segundo ciclo. Brasília: 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010**. Diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos no contexto da educação prisional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 mai. 2010.

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Campinas, SP: 2010.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo, Editora Unesp.:2005.

FRANÇA, Marcos. Para rir até chorar com a cultura popular. Rio de Janeiro, Editora Rocco: 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1987.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT. 15. ed. Porto Alegre: s.n., 2010.

HOUAISS. Mini dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva: 2008.

JORGE, Vitor Oliveira. Arqueologia Patrimônio e cultura. Porto Alegre, Instituto Piaget: 2007.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2009.

LÜCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Rio de Janeiro, Vozes: 2009.

MANUAL PARA ELABORAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS - conforme normas da ABNT. Organizado por Cátia Rosana L. de Araújo, Cristiane Pereira Maciel e Dilva Carvalho Marques. Universidade Federal do Pampa, Sistema de Bibliotecas – Bagé: [s. n.], 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português/Espanhol e respectivas literaturas campus Jaguarão. Abr. 2010.

NETO, Alfredo Veiga. Cultura, Culturas e educação. Revista Brasileira de Educação. Porto Alegre, Maio/junho/julho/agosto: 2005.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira & identidade Nacional. São Paulo, Brasiliense: 2006.

PLANO DE ESTUDOS 5ª A 8ª séries do ensino fundamental de 8 anos. E.E.E.M.H.P.A: Jaguarão, RS.

SILVA, Mariana. **Cultura, prisão e ressocialização: um estudo sobre práticas educativas no cárcere.** São Paulo: Cortez, 2022.

SOUSA, Danilo. **Educação e cultura no sistema prisional: experiências e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação, v. 28, p. 1–22, 2023.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2011.

YUS, Rafael. Temas Transversais: em busca de uma nova escola. Porto Alegre, Artmed: 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações, 45, 47

Acontecimentos, 48

Afirmção, 13

Agrava, 39

Apenas, 41

Aprender, 24

Aprendizes, 33

Assim, 48

Atividades, 44

Ativo, 33

Atua, 47

Atuação, 43

Audiências, 44

Aula, 27

Ausência, 44

B

Barreiras, 44

Bibliotecas, 45

Brasil, 14

Brasileira, 13, 40, 48

Brasileiro, 36

Brasileiros, 14

C

Cabível, 13

Camadas, 36

Caminhar, 48

Carcerário, 10

Cárcere, 48

Coadjuvante, 33

Compreendido, 47

Compromete, 44

Comunidade, 33

Comunidades, 14

Conhecer, 34

Conhecimento, 41

Conjunto, 14

Consciência, 40

Construir, 48

Conteúdo, 36

Contínuas, 36

Contrário, 47

Costumes, 30

Criar, 48

Criativo, 46

Cultura, 10, 13, 27, 34, 47

Cultura, 10

Culturais, 13, 33, 38

Cultural, 47

D

Definir, 13

Definitivamente, 19

Democrática, 46

Descrita, 33

Desfavoráveis, 14

Deslocamento, 44

Difícil, 29

Direcionados, 10

Disciplina, 34

Discussões, 25

Diversidade, 21, 31, 37

Docente, 14

E

Educação, 14, 16, 36, 45

Educadores, 19

Encontramos, 21

Ensino, 47

Escola, 33

Espaço, 22, 33

Específicos, 45

Estágio, 21

Estratégia, 48

Exemplo, 29

Exercitar, 25

Exitosas, 43

Experiências, 22, 42

F

Falta, 44

Familiarizados, 16

Finalidade, 13

Formação, 40, 47

Fundamental, 26

G

Ganha, 30

Gestores, 44

Gramática, 25, 26

H

Histórica, 37

Horizonte, 48

Humanos, 36

I

Identidade, 32

Independentemente, 48

Indígenas, 40

Infinitas, 47

Inserir, 43

Interdisciplinares, 47

Interdisciplinaridade, 30

Interesse, 13

Inúmeros, 36

Investimentos, 19

J

Justa, 46

L

Legislação, 38

Liberdade, 13, 48

Língua, 25

Língua, 10

Linguagem, 42

Local, 14

Localidades, 24

Longo, 21, 30

Lugares, 24

M

Maioria, 36

Marcos, 48

Marginalização, 36

Médio, 14

Melhor, 20, 32

Menciona, 33

Mobilizar, 48

Modificar, 25

Modo, 14

N

Necessário, 27

Normas, 24

O

Objetivo, 14

Obrigação, 33

Obrigatoriedade, 14

Oferecendo, 36

Oficinas, 45

Oportunidade, 15

Ousadia, 47

P

País, 13

Palavra, 29

Palavras, 25

Parâmetros, 47

Participação, 19

Pcns, 10, 21

Pensa, 19

Perfeita, 20

Pessoal, 47

Pessoas, 38, 46

Plena, 48

Pluralidade, 23

Possibilidade, 47

Possibilidades, 10, 13, 14

Possível, 20

Potencial, 46

Práticas, 26

Presente, 10, 13, 33

Presídios, 43

Presos, 44

Problema, 36

Processo, 44

Produzir, 48

Professores, 14

Profissionais, 45

Projeto, 47

Promova, 27

Promove, 48

Publicados, 42

Público, 44

Q

Questões, 15

R

Realmente, 19

Reclusão, 40

Reconheçam, 47

Reconhecer, 42

Reconstrução, 40, 47

Referência, 14

Referências, 22

Refletir, 13, 21, 48

Reformulações, 10

Resistência, 41

Responsáveis, 43

Ressaltar, 15

Ressignificação, 38

Ressocialização, 44

S

Saída, 27

Semelhanças, 34

Significância, 48

Simbólicas, 40

Sistema, 10

Social, 46

Sociedade, 39

T

Trajetórias, 36

Transformador, 38

Transformadoras, 47

U

Unidades, 45

Urgente, 45

V

Vestindo, 32

Vida, 33

Vital, 47

Z

Zines, 45

POSSIBILIDADES DO ENSINO DA CULTURA BRASILEIRA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP.

Telefone: +55(11) 5107- 0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br



9786560541696